

Aprovada na 861ª sessão

ALADI/CR/Ata 858
(Extraordinária)
24 de março de 2004.
Hora: 10h10m às 10h 50m

ATA DA 858ª SESSÃO, EXTRAORDINÁRIA, DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

Incorporação ao Comitê de Representantes da Excelentíssima senhora Embaixadora María Lourdes Urbaneja Durant, Representante Permanente da Venezuela.

Preside:

HÉCTOR CASANUEVA OJEDA

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein e Margarita Polverini (Argentina); Marcelo Janko Álvarez (Bolívia); Bernardo Pericás Neto e Michel Arslanian Neto (Brasil); Héctor Casanueva Ojeda, Oscar Quina Truffa e Axel Cabrera (Chile); Claudia Turbay Quintero e María Claudia Garavito Triana (Colômbia); José Felipe Chaple Hernández (Cuba); Leonardo Carrión Eguiguren e Juan Larrea Miño (Equador); Perla Carvalho, Dora Rodríguez Romero e César Manuel Remis Santos (México); Bernardino Hugo Saguier Caballero, Marcelo Scapinni Ricciardi e Nancy Doria de Guggiari (Paraguai); William Belevan Mc Bride, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Agustín Espinosa Lloveras e Mariella Crosta (Uruguai); María Lourdes Urbaneja Durant; Nancy Unda de González e Magdalena Simone (Venezuela); Pavel Zenkovich (Rússia).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía, María Teresa Freddolino.

PRESIDENTE. Bom dia. Damos início à 858ª sessão extraordinária para receber formalmente neste Comitê a Excelentíssima Senhora Embaixadora María Lourdes Urbaneja Durant, Representante Permanente da Venezuela.

Estimados colegas; senhor Secretário-Geral; senhores Embaixadores de Países Observadores e Representantes de Organismos Internacionais Observadores; senhores Secretários-Gerais Adjuntos; senhores funcionários da Secretaria; senhoras e senhores: tenho a honra de dar as boas-vindas a este Comitê, à senhora Embaixadora da República Bolivariana da Venezuela, e é particularmente grato que sua incorporação se produza na sessão a seguir daquelas que incorporamos a Embaixadora do México.

A Embaixadora Urbaneja Durant ocupou importantes cargos em seu país e entre eles me permito destacar, o de Ministra de Saúde e Desenvolvimento Social, e o de Diretora Geral do Escritório de Cooperação Técnica e Relações Internacionais do Ministério de Planejamento e Desenvolvimento. Por conseguinte, os temas que se tratam nesta Associação e neste Comitê em nenhum caso podem resultar-lhe desconhecidos.

Não vou estender-me dando a conhecer seu amplo e rico currículo e somente desejo destacar o alto nível de formação profissional e acadêmico da doutora Urbaneja, que se reflete em inúmeras de atividades acadêmicas, cursos de pós-graduação, e atividades desta natureza, tanto em seu país como no estrangeiro.

Prezada Embaixadora; como sabe, a ALADI está em bom estado de saúde, mas precisa alguns complementos de vitamina. Estamos vivendo um ponto de inflexão, o Conselho de Ministros estabeleceu como mandato elaborar uma proposta que esperamos apresentar na próxima reunião do Conselho neste ano e para isso não há dúvida que sua contribuição neste Comitê será muito importante, tanto pela importância de seu país no contexto da região, como pelas qualidades do senhor.

A Secretaria-Geral nos enviou um documento que denominamos a fotografia do estado em que se encontra nosso processo e com essa base vamos trabalhar durante este semestre, e esperamos, em 18 de outubro deste ano, poder realizar uma reunião do Conselho de Ministros que dê a esta Associação, à qual todos pertencemos e que depende de todos nós, esse complemento vitamínico que tanto necessita.

A tarefa que temos por diante é árdua, este Comitê deverá trabalhar muito, mas creio que todos temos o firme propósito de cumprir com o mandato que recebemos e estar à altura das circunstâncias. Reitero nosso desejo de apoiar seu trabalho. Pode contar com todos nós para desempenhar suas funções nesta Associação e, desde já, informo-lhe que contará neste Comitê com um verdadeiro grupo de amigos.

Seja bem-vinda, senhora Embaixadora. A seguir tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente.

Senhores Representantes e amigos que nos acompanham na Sala, é profundamente emocionante para mim dar as boas-vindas à Embaixadora Maria Urbaneja, que obviamente preenche um vazio que tínhamos os venezuelanos -falo como venezuelano neste momento- de ter um Representante Permanente.

Uma pessoa que não somente tem seus méritos profissionais, que figuram no currículo que todos conhecemos e que como bem manifestava o senhor Presidente se referem ao âmbito da medicina, mas também tem longa trajetória política que conhecemos e admiramos muito.

Efetivamente, como manifestava o Presidente, na ALADI estamos em um ponto de inflexão, em um momento transcendental no qual devemos definir o rumo desta Associação, que além da transcendência econômico-comercial que ela possa ter, fundamentalmente, é uma definição de caráter político sobre a atitude que deveriam assumir os países-membros da Associação dentro deste mundo globalizado que exige, cada vez mais, maior e melhor inserção no sistema econômico internacional.

Como manifestava o Presidente, em 18 de outubro, provavelmente, seja adotada essa definição, que marcará uma etapa importante para a história desta Associação e será necessário, então, reacomodar alguns instrumentos, reestruturar alguns mecanismos de maneira tal de que esta Associação, efetivamente, possa consolidar sua posição dentro do conserto econômico internacional e regional, em particular.

Embaixadora Urbaneja, sua tarefa no plano multilateral é um desafio importante, mas também constitui um desafio importante seu trabalho no plano bilateral. Creio que o grande desafio é recuperar a presença da Venezuela na agenda da sociedade uruguaia. Dois países que embora tenham uma relação comercial limitada, sua relação social e política foi muito transcendental. Todos conhecemos a significação e o impacto da migração uruguaia em nossa sociedade, na sociedade de meu país, e não somente refletiu-se no plano político, mas teve importante impacto no mundo cultural, no qual existe uma raiz muito significativa para aprofundar o conhecimento e o relacionamento entre os dois países.

O plano cultural, então, adquire uma transcendência muito significativa para aprofundar esse relacionamento e, certamente, não tenho dúvida alguma, a senhora vai vencer esse desafio, sem maiores esforços, mas com muito empenho e com muito trabalho.

Embaixadora, além das afinidades que nos unem como compatriota, e como amigos, e do compartilhar do ideal de transformação histórica em nosso país, desejo que saiba que nesta Casa tem aliados, amigos, que todos nós, nesta Secretaria-Geral, estaremos à sua disposição para colaborar, para contribuir ao êxito de sua missão. No pessoal, sabe que contará com meu total apoio e colaboração, porque além de minha função como Secretário-Geral, que já está em sua etapa final, sou fundamentalmente um venezuelano e um latino-americano que espera uma presença de seu país de muita transcendência no cone sul deste hemisfério.

Seja bem-vinda, Embaixadora, e pode contar conosco para que sua atuação no Uruguai seja um êxito. Novamente bem-vinda, e muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Tem a palavra a Senhora Embaixadora María Lourdes Urbaneja.

Representação da Venezuela (María Lourdes Urbaneja Durant) Senhor Héctor Casanueva, Presidente do Comitê de Representantes, senhor Secretário-Geral da ALADI, senhores e senhoras Representantes e demais membros das Representações Permanentes, senhora Secretária-Geral Adjunta e Secretário-Geral Adjunto e demais membros da Secretaria-Geral; senhores e senhoras Representantes de Países e Organismos Observadores; senhores e senhoras; amigos e amigas: em primeiro lugar, desejo agradecer as palavras de boas-vindas expressadas, tanto pelo Senhor Presidente

do Comitê de Representantes como pelo compatriota e amigo, Secretário-Geral da ALADI, Juan Francisco Rojas Penso.

Hoje no momento de assumir formalmente a representação da República Bolivariana da Venezuela junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) assumo um compromisso constitucional da política exterior de meu país.

Neste contexto a formação de um amplo espaço de integração que abranja a totalidade dos países do subcontinente é uma meta para nosso país, tal como está estabelecido no Artigo 153 da Constituição da República Bolivariana de 1999: “A República promoverá e favorecerá a integração latino-americana e caribenha, em prol de avançar para a criação de uma comunidade de nações, defendendo os interesses econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais da região.”

Mas é, ao mesmo tempo, uma oportunidade para reivindicar a vigência e o marco conceitual integracionista de Bolívar quando na Carta de Jamaica deixou assentada esta posição estratégica: “Desejo mais que ninguém ver formar na América Latina a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riqueza que pela sua liberdade e glória”. Como lembra Pidal, Bolívar buscava a união da América Latina, para evitar seu domínio, para assegurar a independência. E hoje como ontem as condições de nossos países são mais vantajosas que as outras regiões ou continentes. Como ele mesmo dizia, contamos com uma “origem, uma língua, costumes e uma religião”.

Na Venezuela, este ideal Bolivariano, é também um objetivo estratégico, como manifestou o Presidente Chávez na sua visita, pela segunda vez, a este cenário da integração latino-americana em 16 de agosto de 2003, convidado por seu Secretário-Geral: “Creio firmemente que neste continente sul-americano e no Caribe há suficiente potencial, em primeiro lugar, humano, em segundo, riquezas naturais para que aqui se torne realidade aquele sono que Bolívar lançou em Kingston, em Jamaica”.

E além do econômico e do comercial, a integração latino-americana deverá ser um processo que desde nossas potencialidades e realidades, nos permita convergir para posições comuns para dar resposta aos mais agudos problemas que marcam o Século XXI como são a exclusão social e a pobreza.

A integração tem o desafio que significa desenvolver potencialidades e fortalecer laços históricos entre nossas nações irmãs a fim de obter um desenvolvimento autônomo. Trata-se, como manifestou o Presidente Chávez nessa oportunidade, alcançar a integração dentro da região, respeitando a soberania de cada um, mas cooperando nessa reintegração e entendendo a soberania, a forma, o povo e o ritmo que cada país pode imprimir a esse processo de integração.

Mas devemos construir na sub-região um cenário ampliado para este processo interno, para os acordos de integração entre os diferentes blocos, um cenário para o imaginário cultural dos povos irmãos que enfatize no desenvolvimento de agendas comuns que o preencham de conteúdo, com o desenho e execução de políticas públicas orientadas a melhorar as condições de vida da cidadania, porque para a evolução bolivariana, o desenvolvimento dos processos de integração e das iniciativas de intercâmbio, a promoção de políticas econômicas e comerciais somente têm sentido se são transformadas em instrumentos para ajudar o processo de fortalecimento e proteção dos direitos sociais e humanos em nossos países.

O Presidente da Venezuela, Hugo Chávez Frias, que está permanentemente enfatizando em que devemos assumir este compromisso nos diferentes cenários e foros internacionais, significa enfatizar a convicção de que a integração somente será possível se fazemos deste processo um foro democrático e transparente que tenha como norte os interesses da maioria de nossos países, que seja capaz de construir alternativas para o mercado de produtos, que supere os efeitos da liberalização fria e dogmática do mercado; que conheça que nossos países que dependem da exportação de produtos essenciais, agrícolas, petroleiros, entre outros, possam entrar, livre e de forma autônoma, ao mercado regional e mundial, sem que isso signifique uma desproteção frente à competência das corporações transnacionais, porque estamos convencidos de que os efeitos da globalização neoliberal somente poderão ser encarados com processos integradores, a partir de uma visão solidária, coletiva, democrática, ou seja, desde outras metas, outros valores que façam com que a paz, a democracia, a justiça, sejam pontos centrais da luta contra as inequidades, a exclusão e marginalização, antepondo ao mundo unipolar um mundo pluripolar, isto é, a multipolaridade da sociedade internacional como cenário de acordos e de negociações conjuntas que permitam criar espaços para defender os interesses nacionais e a soberania de nossos povos.

Buscamos, então, superar o anacrônico conceito da integração regional que o concebe como uma política exclusivamente de integração de mercados ou de intercâmbios comerciais, para transformá-la com a decisão política e o com convencimento que temos de que a integração é uma necessidade para alcançar uma vida digna para nossos povos.

Por isso, a assinatura de acordos de integração, obriga a que esses acordos sejam assumidos de forma predominante na agenda política dos governos, dando lugar a que se combinem objetivos políticos, econômicos e sociais, deixando claro, que integrar não é homogeneizar e que, portanto, nossos processos de integração não são nem deverão entender-se de natureza homogênea. Pelo contrário, devem reconhecer as assimetrias, as heterogeneidades entendidas como elementos positivos que abrem possibilidades diferentes para desenvolver-nos juntos, com igualdade e complementaridade.

Por outro lado, desde a perspectiva de um bloco de integração latino-americano ampliado e coerente, deveremos encarar também outros processos de integração com outros blocos. Mantendo a posição de que qualquer acordo entre países deverá respeitar os âmbitos legais, a vontade popular e a soberania de nossos povos. Esta política que foi a utilizamos nas discussões da ALCA, é também a essência do ALBA, Alternativa Bolivariana para a América Latina, proposta de integração diferente que destaca a luta contra a pobreza e a exclusão social e, portanto, expressa os interesses dos povos latino-americanos. O sonho da integração é um velho sonho de nossos Libertadores e hoje se torna uma possibilidade, uma estratégia fundamental para enfrentar o impacto da globalização neoliberal na região.

Trata-se de promover e desenvolver:

- Relações bilaterais e multilaterais integrais, com base em uma efetiva associação estratégica entre os países.

- Processos de integração como processos de caráter substancialmente políticos, combinando, certamente, a vontade política e as necessidades da economia, dando prioridade a processos democráticos participativos como valores fundamentais para a construção do futuro que queremos para nossas sociedades.

- Processos de integração que privilegiem as dimensões sociais, culturais e da cidadania.

- Processos de integração regional e sub-regional, como espaço de articulação para alcançar um desenvolvimento conjunto, centralizado na luta contra a pobreza e a exclusão social.

O desenvolvimento e aprofundamento do processo de integração latino-americana que se está realizando (CAN-MERCOSUL) nos coloca o desafio de impulsionar uma nova institucionalidade regional e democrática, onde as negociações e acordos se manejem com sentido humano e propiciando a defesa da igualdade, da justiça, da solidariedade, da luta contra todas as inequidades, incluindo as de gênero, as de etnia.

Em sua intervenção, neste Organismo, de 16 de agosto de 2003, o Presidente Chávez, ao referir-se a este aspecto, insistiu na necessidade de “complementar o processo de integração econômica e comercial da Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com ” planos sociais e contra a marginalização “, manifestou que seria necessária uma visão ”muito humana” do processo de integração da América Latina. Propunha que começássemos a debater sobre a criação de áreas livre de analfabetismo, áreas livres de desnutrição infantil, áreas livres de pessoas sem casa, áreas livres de destruição ecológica.

Consideramos que esse é o caminho a seguir, para enfrentar com êxito o desafio de um mundo pluripolar, para assumir o desafio da globalização da solidariedade. E isto tem um ritmo diferente. Basta a vontade para assumi-lo como um processo de integração política.

Os campos da saúde e o desenvolvimento social têm um papel transcendental na promoção de esquemas, fórmulas e mecanismos de integração regional e sub-regional, que defendem a equidade, o investimento no desenvolvimento humano, a melhora das condições de vida e a defesa dos direitos do cidadão, porque promovem consenso entorno ao valor da vida. É fonte, é um meio para manter abertas as portas da negociação entre países. Deve ser um fator chave na promoção do diálogo, no fomento da solidariedade e da contribuição para a paz entre os povos e nações.

Recentemente, no âmbito da realização da Reunião de Ministros de Saúde da Área Andina (REMSSA), foi aprovada uma resolução para a criação de um Fundo para a Saúde na Comunidade Andina para o qual a Venezuela fez uma contribuição de 100 milhões de dólares. Igualmente na recente visita do Secretário-Geral da CAN, Allan Wagner, informou sobre a inclusão do tema social para a próxima reunião de presidentes da criação de um programa integrado de Desenvolvimento Social para a CAN denominado “Fundo Ayacucho” velha aspiração da Venezuela neste cenário.

A proposta bolivariana de integração, Alternativa Bolivariana para a América Latina e o Caribe (ALBA), outorga-lhe prioridade à integração latino-americana e à negociação em blocos sub-regionais, abrindo novos espaços de consulta para aprofundar o conhecimento de nossas posições e identificar espaços de interesse comum que permitam construir alianças estratégicas e apresentar posições comuns no processo de negociação. Mantemos a posição de que qualquer acordo entre países deverá respeitar os marcos legais, a vontade popular e a soberania de nossos povos.

Uma proposta para construir consensos, para repensar os acordos de integração em função de alcançar um desenvolvimento endógeno nacional e regional que corrija as

desigualdades sociais e assegure uma crescente qualidade de vida para os povos a fim de negociar desde outra perspectiva a relação comercial com os EUA, com a União Européia. Somente um bloco regional fortalecido poderá experimentar outras alternativas de relação comercial com esses países. A Alternativa Bolivariana para a América Latina –ALBA– versus Área de Livre Comércio para as Américas –ALCA, CAN – UE.

A assinatura do Acordo de Complementação Economia CAN-MERCOSUL obriga a impulsionar a construção do Mercado Comum (área de livre comércio) entre os países da ALADI (Mercado Comum Latino-Americano), a reforçar o espaço obtido nestas negociações e propicia a oportunidade de definir um ambicioso esquema de cooperação e convergência entre ambos os blocos para construir o Espaço Sul-Americano de Integração, que iria além do campo exclusivamente do comércio de bens e que incorpore a dimensão do social e do político.

Neste âmbito, a ALADI, como organismo que agrupa os países sul-americanos pode e deve desempenhar um papel fundamental para aprofundar e avançar neste debate na região. Deve promover uma discussão para refrescar os modelos, para sair do velho modelo, e para um novo modelo de integração, a fim de propiciar um desenvolvimento econômico que busque dar resposta à exclusão social, à diminuição das brechas de inequidades e que se proponha impulsionar o real desenvolvimento, a fim de fortalecer a presença da região no cenário internacional

Temos, por conseguinte, a obrigação de apoiar, de assumir esta tarefa do fortalecimento da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) a fim de transformá-la em um Foro Político Latino-Americano, em um organismo coordenador e articulador deste novo processo de integração. Em um mecanismo necessário para dotar de um âmbito de legalidade e de controle os acordos estabelecidos entre as partes que a integram; para potencializar os acordos preliminares CAN-MERCOSUL que hoje se estão negociando, sobre a realidade e perspectivas dos intercâmbios atuais (acordos de complementação econômica, acordos sobre os gravames y cargas de efeitos equivalentes diferentes dos direitos aduaneiros, acordos em matéria sanitária e fitossanitária, entre outros); para avançar em temas novos que hoje estamos identificando.

Em definitivo, estamos convencidos de que a ALADI é necessária para nossos países, que pode e deve transformar-se em um instrumento inavaliável para aproximar das respostas que esperam nos processos de integração regional hoje em andamento, para o qual deverá adequar-se às novas realidades da integração, mas para isso é necessário o impulso político que possamos dar a seus países-membros.

Queremos, hoje, reiterar o compromisso e o papel ativo do Governo Bolivariano da Venezuela para avançar nestes novos caminhos da integração; para desenvolver novos enfoques e soluções para atender problemas prioritários neste processo; para impulsionar ativamente e consolidar áreas de entendimento; para explorar novas possibilidades que permitam aproximar posições, construir alianças e avançar para novas áreas de entendimento político.

Estamos conscientes de que se trata de construir um caminho em um processo que reconhecemos como lento e trabalhoso mas, ao mesmo tempo, promissor é orientado pelo diálogo construtivo, em ambiente de consenso, com regras claras e transparentes.

Em definitivo, trata-se de construir uma integração diferente, que faça deste continente uma real Associação solidária de nações interdependentes, de construir o velho sonho de integração de nossos Libertadores e de transformá-lo em estratégia fundamental para

tornar possível a globalização da solidariedade para enfrentar o impacto da globalização neoliberal na região.

Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixadora, por suas palavras de incorporação a este Comitê.

Continuando com a Ordem do Dia, convido a Embaixadora e os senhores Representantes Permanentes para a foto de família, onde ficará imortalizada sua incorporação a este Comitê.

Depois da foto vamos fazer cinco minutos de recesso para iniciar posteriormente a reunião de Chefes de Representação.

Encerra-se a sessão
